



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

O BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE EVIDÊNCIAS DE PRÁTICAS AMBIENTAIS: um estudo empírico na indústria de refrigerantes de Porto Velho

MARCELO REIS ROCHA

marcelo.reis@unir.br

MARIA DO SOCORRO BARBOSA PEREIRA

msbp67@hotmail.com

GLEIMIRIA BATISTA DA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

gleimiria@unir.br

ERNANI MARQUES DE ALMEIDA

ernanimil@yahoo.com.br

DIONES SOARES DE SOUZA

diones.soares@gmail.com

O BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE EVIDÊNCIAS DE PRÁTICAS AMBIENTAIS: um estudo empírico na indústria de refrigerantes de Porto Velho

RESUMO

Nesta pesquisa buscou-se evidenciar e compreender, por meio da aplicação de um questionário em indústrias de refrigerantes sediadas em Rondônia, se existe práticas formais e/ou informais de Responsabilidades Sociais Empresariais, Balanço Social, como também, com que grau de frequência esta inserção social agrega valor em tais organizações. Dada a natureza e problemática relacionada ao tema, à questão da pesquisa neste trabalho consiste em evidenciar se as indústrias de refrigerantes do estado de Rondônia – Brasil praticam a responsabilidade social empresarial e como as controlam e evidenciam? No referencial teórico abordou com mais ênfase as teorias sobre responsabilidade social e balanço social, basicamente, as teorias editadas na NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental e Modelos de Balanço Social. Os achados da pesquisa apontam que as empresas estudadas estão conscientes a Responsabilidade Social não é apenas uma ferramenta de negócio, mas um elemento agregador aos princípios e valores das organizações, e mais, o desenvolvimento delas são de suma importância para o seu prestígio junto à sociedade. Conclui-se, que para uma sociedade mais justa, obedecer às obrigações fiscais não é o bastante, as empresas tem que inovar com inteligência analisando os fatores externos da sociedade, principalmente, os aspectos socioambientais e econômicos.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial, Balanço Social e NBC T 15.

THE SOCIAL AS ENVIRONMENTAL PRACTICES OF EVIDENCE OF INSTRUMENT: as empirical study in Porto Velho soft drink industry

ABSTRACT

In this study we sought to highlight and understand, with the application of an questionnaire research based on soft drinks industries in Rondônia, if there is formal practices and / or informal Corporate Social Responsibilities (CSR) - Review Social (BS) as well, the degree of social insertion adds this frequency value in such organizations. Given the nature and problems relating to the issue, the issue of research in this paper is to show that the soft drink industries of the state of Rondônia - Brazil observe corporate social responsibility and how to control them and show? In the theoretical framework discussed with more emphasis theories about social responsibility and social balance basically theories edited on NBC T 15 - Social and Environmental Nature of Information and Social Report Templates. The research findings possibility to observe that the studied companies are aware that the practice of social responsibility is not just a business tool, but an aggregator to the principles and values of the organizations, and more, the development of which are of paramount importance for the its prestige in society. It follows, therefore, that for a more just society, comply with tax obligations is not enough, companies have to innovate intelligently analyzing the external factors of society, especially the social, environmental and economic aspects.

Keywords: Corporate Social Responsibility, Social and NBC T 15.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a sociedade em geral e com a preservação do meio ambiente tem se tornado cada vez mais evidente. Na tentativa de se adaptar a esta nova realidade, é que muitas organizações utilizam a responsabilidade social e ambiental, não apenas como ferramentas de negócio, mas também como elementos agregados aos seus princípios e valores. Consequentemente, ganham em competitividade, pois se tornam mais admiradas pela sociedade.

As práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) podem ser observadas quando as organizações desenvolvem ações que oferecem melhores condições de trabalho aos seus colaboradores, investindo no bem-estar da sociedade com medidas de preservação do meio ambiente e prestando contas à comunidade pela utilização dos recursos naturais. Além disso, através da RSE a organização obtém fortalecimento e agregação de valores à marca e imagem positiva perante seus investidores, consumidores e outros *stakeholders*, reduz custos com água, energia, combustível e reciclagem de lixo e resíduos.

O surgimento do Balanço Social (BS) partiu da necessidade das empresas em constituir um levantamento dos principais indicadores de desempenho social, econômico e ambiental da instituição. Nele é evidenciado o que empresa faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores, comunidade e meio ambiente. Dessa forma, o BS fortalece e constrói elos entre a empresa e a sociedade, para tanto, evidencia práticas adotadas pelas organizações, demonstrando o grau de envolvimento da empresa perante a sociedade em que está inserida. Além disso, é considerado um poderoso instrumento de informação e definição de políticas de recursos humanos.

A publicação do BS é feita obrigatoriamente por países como, a França, onde as empresas com mais de 300 funcionários são obrigadas por lei a publicar seu BS. Porém essa obrigatoriedade não se aplica ao Brasil, onde as empresas interessadas em demonstrar suas ações sociais, seguem as Normas Brasileira de Contabilidade Técnica-NBC T 15.

Um dos grandes defensores do BS no Brasil foi o sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”, com o objetivo de tornar pública as ações adotadas pelas empresas em torno da RSE, que através do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), desenvolveu um modelo de BS e disponibilizou para as empresas associadas ao Instituto Ethos. Ao focar a importância da responsabilidade social, Betinho defendeu a publicação do BS, como um relatório de atividades desenvolvidas pela empresa.

A proposta é que esta pesquisa sirva como embasamento teórico e empírico no sentido

de convidar os atores envolvidos na pesquisa para analisar a situação ambiental de organizações industriais do ramo de refrigerantes. Ao promover tais discussões, a presente pesquisa contribui para a sensibilização por parte das organizações envolvidas no sentido de adotarem práticas cada vez mais sociais.

Assim, as atitudes poderão ocorrer não mais por imperativos legislativos, mas por vontade própria e por conscientização. Levar as organizações a atuarem em favor de uma causa é uma atitude difícil, pois é preciso atuar no sentido de mudar a mentalidade das pessoas que compõem esta organização.

O interesse no lucro, essencial para manter a empresa sobrevivendo no mercado acaba sendo um impulsionador da falta de vontade em praticar ações de responsabilidade ambiental. As discussões e alguns casos a consolidação e elaboração de legislação neste sentido tem ocasionado a mudanças neste âmbito.

Se determinadas empresas são essencialmente responsáveis no que se refere às práticas ambientais, em decorrência das discussões ou até mesmo das próprias leis votadas e aprovadas na última década, há organizações que praticam ações de responsabilidade social simplesmente para atender a imperativos legais. Esta dicotomia entre praticar ações desta natureza em razão da legislação e praticar tais ações em virtude do interesse em ser responsável socialmente pode constituir-se em estudos futuros.

Diante do contexto apresentado, a questão da pesquisa neste trabalho consiste em evidenciar se as indústrias de refrigerantes do Estado de Rondônia – Brasil praticam a responsabilidade social empresarial e como as controlam e evidenciam?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social: histórico

O surgimento da responsabilidade social, de acordo com Toldo (2002), tornou-se evidente em 1919 quando Henry Ford, presidente majoritário da Ford Motor Company, decidiu não distribuir parte dos lucros aos acionistas e investiu na capacidade de produção, no aumento de salários em fundo de reservas para uma previsão da diminuição das receitas, devido à redução dos preços dos automóveis. Outro fato significativo ocorreu em 1953, no caso *A P. Smith Manufacturing Company* versus seus Acionistas, pois os mesmos contestavam a doação de recursos financeiros à Universidade de Princeton.

Segundo Tinoco (2001), a partir da década de 60 surgiram as primeiras reivindicações

dos trabalhadores para terem acesso às informações relacionadas ao desempenho econômico e social das organizações. Isto devido às exigências cada vez mais crescentes por parte da sociedade instigando as organizações a praticarem e demonstrarem o que faziam para a população como um todo, especialmente aquelas relativas ao emprego.

Nessa mesma década, as grandes empresas americanas já passaram a apresentar anualmente relatórios descrevendo sua política social. Na atualidade esses relatórios são aplicados basicamente para o ambiente externo, para a satisfação dos clientes com controles de qualidade, poluição e preservação do meio ambiente. (TORRES e SILVA, 2008).

Nos anos 70 a Responsabilidade Social na Europa se popularizou. Em 1971 a companhia alemã *Steag* fez um balanço de suas atividades e executou um tipo de relatório social. Conforme Tinoco (2010), a França foi o primeiro país a publicar uma lei sobre Balanço Social, colocada em prática no ano de 1979, no qual obriga as Organizações com mais de 300 funcionários a publicar o Balanço Social.

Já na década de 90 começa a discussão, com uma maior participação de autores, sobre temas votados para a questão de Responsabilidades Social, ética e moral nas empresas, o que contribuiu de forma significativa para a conceituação do termo. No Quadro 1 são apresentados resumidamente, a ênfase dada em alguns países quando do início da elaboração do Balanço Social.

Quadro 1 - Balanço ou Relatório Social – Panorama internacional

País	Ênfase
França	Informações aos empregados: nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.
Portugal	Informações relativas aos empregados e às ações sociais da empresa destinada à melhoria de vida da comunidade.
Alemanha	Condições de trabalho e aspectos ambientais.
Espanha	Avaliação periódica e sistemática de todas as atividades da empresa.
Suécia	Informações para os empregados e distribuição do valor adicionado
Estados Unidos	Consumidores/clientes e a sociedade em geral: qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transportes coletivos e outros benefícios à coletividade, com abordagem de caráter ambiental.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para divulgação mais amplas dos relatórios sociais.

Fonte: Luca *et al.* (2009)

No final da década de 90, na Holanda, durante a reunião do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, foi lançado o conceito de Responsabilidade Social. Que segundo Reis (2007, p.41) “é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade

local e da sociedade como um todo”.

2.2 Responsabilidade Social no Brasil e Balanço Social

No Brasil, a discussão de Responsabilidade Social é evidenciada com a formação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas-ADCE, com sede em São Paulo em 1960, em que foi destacada a relação dos dirigentes das empresas com o tema. Destaca-se que em 1977, a ADCE organizou o 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas. Neste encontro o tema central foi o Balanço Social da Empresa. (TINOCO, 2010)

Conforme Tinoco (2010), em 1984, a empresa Nitrofértil publicou um relatório que denominou de Balanço Social (BS). No mesmo ano, o autor defendeu uma dissertação de mestrado intitulada ‘Balanço Social: uma abordagem socioeconômica da contabilidade’, sendo a pioneira sobre BS no Brasil.

No que se refere à legislação, as primeiras discussões sobre o tema aconteceu em 1991. Neste ano foi encaminhado ao Congresso um anteprojeto de lei visando a obrigatoriedade de publicação de um relatório contábil que demonstrasse o que as organizações estão desenvolvendo no quesito social. Relata Tinoco (2010, p.10) “Em 1991, o senador Valmor Campelo encaminha ao congresso um anteprojeto propondo a publicação do Balanço Social pelas empresas que foi votado favoravelmente no senado, entretanto, não foi aprovado na Câmara dos Deputados”.

O grande marco da história do Brasil se deu mais precisamente na década de 90 onde o termo Responsabilidade Social começou a ter mais evidência por iniciativa e inspiração do sociólogo Herbert de Souza “Betinho”. Quando seu principal objetivo era tornar público as ações sociais das organizações contribuindo para a diminuição dos índices de desigualdade social e ressalta a importância representada para a sociedade. (SCHUTZ, 2008, p. 13).

Em virtude da alteração da Lei das Sociedades Anônimas – Lei 6.404/76, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 11.638/07 em dezembro de 2007, objetivando a obrigatoriedade da elaboração e divulgação da DVA no Brasil, que é reconhecida como um instrumento de fundamental importância para elaboração do BS.

Atualmente, existe no Brasil o instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado pelo empresário Oded Grajew, que serve como meio de ligação entre os empresários e as questões relacionadas aos problemas sociais. A criação do instituto antecedeu a crescente publicação do Balanço Social por diversas empresas. As empresas apresentam grande influência sobre o meio ambiente, recursos humanos e a sociedade, de tal modo, que as ações

adotadas pelas organizações influenciam no aperfeiçoamento destas áreas e buscam colaborar para justiça social, transparência e comportamento ético. Além disso, preocupam-se com um ambiente de trabalho harmonioso e que ofereça melhores condições, investindo no bem-estar dos funcionários e das ações comunitárias.

O conceito de responsabilidade social está se ampliando, passando da filantropia, que é a relação socialmente compromissada da empresa com a comunidade, para abranger todas as relações da empresa: com seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, concorrentes, meio ambiente e organizações públicas e estatais. (GRAJEW, 2000 APUD MELO; FROES, 2002, p.79).

É de fundamental importância que as empresas sejam admiradas pela sociedade, por seus funcionários, pelos parceiros de negócios e pelos investidores. No entanto a empresa encara muitos desafios para que seja uma empresa cidadã e segundo Vassallo (2000), o primeiro deles é o desafio operacional.

O desafio operacional das empresas baseia-se na preocupação que suas ações possam causar ao meio ambiente, à comunidade, ao consumidor, aos fornecedores e aos seus acionistas, de nada importa investir fortunas em projetos e causar danos ao meio ambiente, ou beneficiar seus funcionários com a falta de transparência de seus consumidores, ou ainda preservar recursos naturais de seu país e comprar insumos de outro que explore mão de obra infantil.

Uma empresa socialmente responsável é aquela que, além de ser ética nos seus negócios, prima por uma postura politicamente correta, incluindo a não utilização de mão-de-obra infantil, saúde de seus funcionários, não utilização de trabalhos forçados, segurança no trabalho, liberdade de associação e negociação coletiva, não discriminação de seus funcionários nem a sociedade em geral, respeito ao horário de trabalho para os trabalhadores, preocupação também com o meio ambiente e um sistema de gestão coerente. (CAETANO, 2006, p.17)

A responsabilidade tem um significado que não é único para todos, para alguns ela representa a idéia de responsabilidade e para outros, obrigação legal. Para Schommer e Fischer (1999), é tratada de forma abrangente, responsabilizando toda a cadeia produtiva da empresa envolvendo os clientes, funcionários e fornecedores, enquanto que Lacombe (2004), defende que a responsabilidade social existe não somente para a maximização dos resultados financeiros da organização, mas também como uma forma em que as mesmas devem contribuir para o bem estar da sociedade. No quadro 2 podemos observar as principais vantagens e desvantagens da prática da Responsabilidade Social.

Quadro 2 - Vantagem e desvantagem da prática da responsabilidade Social

Vantagens	Desvantagens
Fortalecimento e agregação de valor à marca e imagem positiva perante os consumidores e outros <i>stakeholders</i> ; Melhoria nas relações da empresa com seus funcionários, clientes, fornecedores e meio ambiente.	Acomodação por parte do primeiro setor – Governo – em cumprir com suas obrigações sociais com o cidadão.
Abertura de novos mercados e fidelização do mercado, além de criação de um forte diferencial no mercado.	Acomodação do cidadão em cobrar do Governo mais eficácia nos programas sociais, uma vez que as empresas vêm assumindo, de certo modo, este papel.
Valorização da empresa perante seus investidores; Criação de vínculo com a comunidade; Atração e motivação de talentos e consequente aumento da produtividade dos empregados; Redução de custos pelo uso mais eficiente de água, energia e combustíveis e pela reciclagem de lixo e resíduos.	Seu discurso, muitas vezes não condiz com a prática, pois a situação da mulher e do menor trabalhador, no mercado de trabalho ainda apresenta posição de desigualdade em relação ao trabalho adulto do sexo masculino.

Fonte: Garcia (2006).

O Balanço Social tem como objetivo demonstrar publicamente o desempenho social da empresa. Essa meta pode ser alcançada através do esclarecimento do seu desempenho social e a demonstração da destinação de seus recursos. Além disso, o Balanço Social é um recurso utilizado para melhoria da imagem da entidade.

As entidades estão aderindo, a sua gestão, a Responsabilidade Social, devido a grande pressão e exigência da sociedade e com a visão de promover o bem-estar social. Pelo mesmo motivo outras empresas preferem estratégias que envolvam seus parceiros, fornecedores, para evoluir com consciência e responsabilidade.

O balanço social, ou relatório de sustentabilidade, é o meio de dar transparência às atividades corporativas de modo a ampliar o diálogo da organização com a sociedade. É também uma ferramenta de gestão da responsabilidade social, pela qual a empresa entende que fora sua gestão atende à sua visão seus compromissos estabelecidos em relação ao tema da Responsabilidade Social Empresarial-RSE, e em direção à sustentabilidade. (ETHOS, 2007, p. 20)

De acordo com Tinoco (2010), o cenário atual em que as atividades são desenvolvidas, o relatório apresenta cinco vertentes: o Balanço Social em sentido restrito (balanço das pessoas); a demonstração do valor adicionado; a inserção ambiental; a responsabilidade social; e as atividades exercidas pelas entidades.

O Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumindo pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benéficos da sociedade em que atua. (IUDÍCIBUS, MARTINS, & GELKCKE, 2007, p.10)

2.3 Obrigatoriedade do Balanço Social

Os primeiros indícios de informações sociais foram em meados da década de 60 e 70 do século passado. Na França, em 1977, onde por intervenção dos movimentos sociais, foi criada a Lei nº 77.769 que tornou obrigatória a publicação do Balanço Social, posto em prática em 1979 e sendo obrigatórias somente as empresas de grande porte, com mais de 300 funcionários. (TINOCO, 2004)

Outros países, como Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal e Inglaterra, passaram a interessar-se pela divulgação do Balanço Social, baseando-se na lei francesa de divulgação das ações sociais. Na maior parte do mundo, não existe a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social, no entanto, as empresas, cada vez mais voltadas para a responsabilidade social, acabam publicando relatório com características similar, assim evidenciando informações ecológicas, condições de trabalho e outras ações.

A partir da década de 60 do século XX, os trabalhadores, especialmente na Europa e nos Estados Unidos da América, passaram a fazer exigências às organizações no sentido de obterem informações relativas a seu desempenho econômico e social, ampliando a informação que as organizações forneciam, incorporando as sociais (especialmente aquelas relativas ao emprego), tendo em vista a discussão da responsabilidade social, dando assim origem à implantação do Balanço Social, na França em 1977, que evidenciava basicamente os recursos humanos. (TINOCO, 2001, p. 27)

No Brasil não existe a obrigatoriedade de apresentação do Balanço Social, apesar de muitos projetos de leis terem sido encaminhados para o Congresso Nacional. Sendo assim nenhuma organização está obrigada a elaborar ou divulgar Informações de Natureza Social e Ambiental. No entanto, aquelas que optarem por sua publicação deverão adotar as regras estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 15.

A posição da CVM, quanto a obrigatoriedade, é de que ela apoia e incentiva a divulgação voluntária e não obrigatória das ações empresariais que reflitam as duas preocupações e responsabilidades no campo social, resolvendo, assim não emitir qualquer ato normativo obrigando a elaboração e a divulgação do Balanço Social.

Quanto a importância e benefícios da apresentação do Balanço Social não há dúvidas e pode-se destacar, conforme Tenório (2004): a identificação do grau de compromisso social da empresa com a sociedade, os empregados e o meio ambiente; evidenciação, através de indicadores, das contribuições à qualidade de vida da sociedade; e a avaliação da administração através de resultados sociais, e não somente financeiros.

Porém, outro ponto relevante a ser abordada sobre a questão da obrigatoriedade ou não de elaboração do Balanço Social, é que tornado obrigatório sua publicação perderia o real sentido de suas informações, e as empresas se preocupariam em só apresentar mais uma demonstração para satisfazer o poder público, excedendo nas boas ações e se esquivando de apresentar aspectos negativos, deixando assim de apresentar medidas realmente importantes para a sociedade e o meio ambiente.

2.4 NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental

A NBC T 15 que se refere a Informações de Natureza Social e Ambiental, passou a vigorar em 1º de janeiro de 2008, estabelecendo procedimentos e evidenciações de informações de natureza social e ambiental, objetivando demonstrar a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Não compete ao Conselho Federal de Contabilidade obrigar as empresas a elaborem Demonstrações, mas somente discipliná-las.

Conforme a NBC T 15, entendem-se como informações de Natureza Social e Ambiental: a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo; e a interação com o meio ambiente.

Na geração e distribuição de riqueza a entidade deverá ser apresentada conforme Demonstração do Valor Adicionado-DVA, definida pela NBC T 3; em referência aos Recursos Humanos devem constar informações referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade; quanto a Interação da Entidade com o Ambiente Externo deverá ser fornecidas informações sobre o relacionamento com a comunidade em que está inserida, com os clientes e com os fornecedores, além de incentivos decorrentes dessa interação.

Com relação a Interação com o Meio Ambiente devem ser evidenciados: investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, investimentos e gastos com a prevenção e/ou recuperação de ambientes degradados, investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade, investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade, investimentos e gastos com outros projetos ambientais, quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente e passivos e contingências ambientais.

2.5 Modelos de Balanço Social

Como no Brasil não existe a obrigatoriedade de publicação de um Balanço Social, também não há um modelo específico do mesmo. Sendo assim, o Instituto Brasileiro de Análises Social e Econômico-IBASE e o Instituto Ethos desenvolveram modelos para que as empresas pudessem utilizar e assim preparar seus Balanços Sociais.

Desde meados de 1997, o Instituto Ibase, vem estudando e estimulando os empresários e toda a sociedade para importância do Balanço Social no Brasil. Para isso o Ibase junto com diversos representantes de empresas públicas e privadas, desenvolveram um modelo que poderia ser utilizado pelas empresas interessadas em elaborá-lo. Neste modelo as empresas analisam diversos aspectos de natureza social e ambiental exigidas pela NBCT 15.

O instituto Ethos vem incentivando as organizações da importância da elaboração do Balanço Social e relacionando com a gestão de Responsabilidade Social Empresarial-RSE. É um dos pontos nos quais acontecem a convergência dos dois pilares da definição de RSE: a relação ética e transparente com todos os públicos, aos quais a empresa se relaciona, e o estabelecimento de metas empresariais com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O modelo defendido pelo instituto Ethos é uma adaptação do modelo do Ibase com o *Global Reporting Initiative-GRI*. Onde o modelo do Ibase procura por indicadores quantitativos, como principal característica a transparência e a prestação de contas e modelo GRI, consiste de princípios e orientações para a elaboração dos relatórios.

Observa-se que neste contexto o modelo defendido pelo instituto Ethos busca não só apresentar o Balanço Social e sim um relatório da empresa, onde são feitas uma apresentação da empresa, com a história, fala do presidente, visão, missão, objetivos, assim como seu compromisso em prol da sociedade, complementado pelo Balanço Social criado pelo instituto Ibase.

3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória, caracterizada por atributos qualitativos. Os dados foram levantados com foco nas atividades (práticas) de Responsabilidade Social Empresarial, em um grupo de organizações de Rondônia, onde a geração de informações sobre a RSE e o Balanço Social, poderia ser formal e/ou informal. As informações, portanto, poderiam estar publicadas ou apenas, evidenciadas nas práticas das organizações. Após a coleta dos dados foi realizada uma análise com o propósito de verificar quais ações de RSE, as entidades do

grupo pesquisado, realmente praticam. Isso de caráter formal ou informal e se elas estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC T 15 que corroborou a identificação e aceitabilidade das práticas de responsabilidade social e, também, o modo de demonstração das suas ações de RSE.

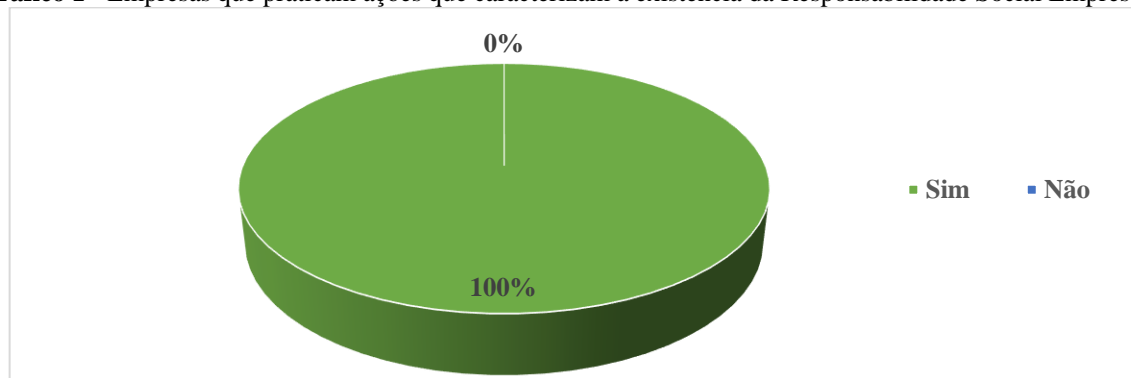
Através da pesquisa documental fez-se um histórico da RSE no mundo, em especial no Brasil, descreveu conceitos e aplicações. Ainda através da pesquisa documental os principais conceitos do Balanço Social foram descritos, assim como seus modelos e a NBC T 15. Os principais dados sobre as práticas de RSE e as publicações de Balanço Social foram coletados por meio de questionário fechado e estruturado (GIL, 2007), junto à amostragem das organizações selecionadas no Estado de Rondônia.

Mediante esses procedimentos, buscou-se compreender as principais ações de RSE praticadas pelas organizações pesquisadas, a aceitabilidade da RSE pelas empresas e se as mesmas estão demonstrando as suas ações sociais e de que modo.

4. RESULTADO DA PESQUISA

Com a intensificação das discussões relacionadas aos impactos ambientais e a cobrança da sociedade no que tange ao comportamento social das organizações, cada vez mais o conceito de sustentabilidade ganha espaço entre os cientistas e, inclusive, na sociedade. A partir deste pressuposto, demonstrou-se, neste tópico, as informações coletadas na presente pesquisa. O Gráfico 1 evidencia que as organizações estudadas, sem exceção, realizam atividades que as tornam socialmente responsáveis.

Gráfico 1 - Empresas que praticam ações que caracterizam a existência da Responsabilidade Social Empresarial

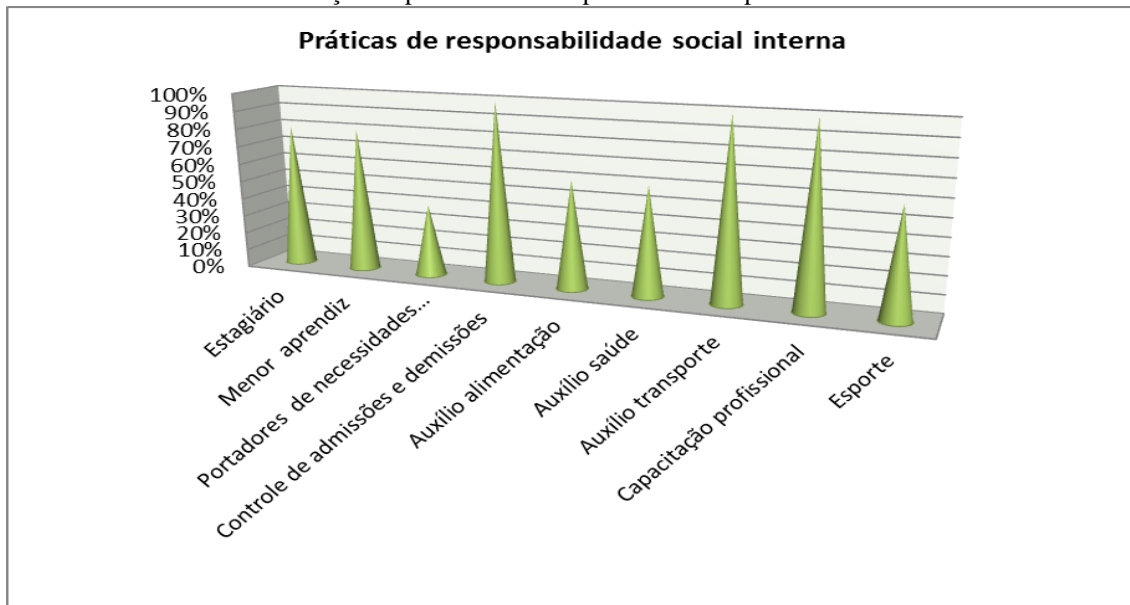


Fonte: dados da pesquisa.

Por intermédio desta pesquisa, verificou-se que as empresas estão conscientes de que a existência da Responsabilidade Social, não apenas como uma ferramenta de negócio, mas

também como um elemento agregado aos seus princípios e valores, é relevante para seu desenvolvimento e prestígio junto à sociedade.

Gráfico 2 - Ações representativas de práticas de Responsabilidade Social

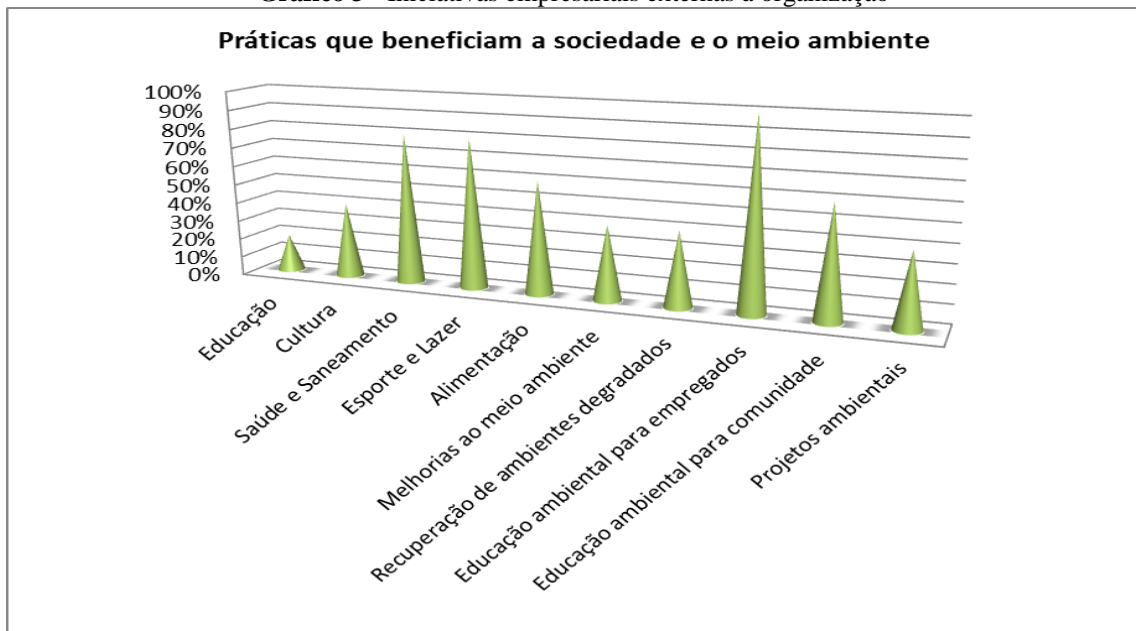


Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se, de acordo com a Figura 6, a existência de ações em que as organizações são unânimes em considerar como necessárias para o desempenho e consolidação de práticas sociais. Isto porque nota-se que as mesmas observam itens, como a contratação de estagiários, controle de admissões e demissões e auxílio transporte. Tais ações são verificadas por todas as organizações pesquisadas. Neste sentido, a organização X informou que após a administração adotar o controle de demissões houve uma redução de 17% na rotatividade de funcionários no período de 2012 para 2013.

Contudo, há ações ainda não consolidadas por todas as organizações objeto da pesquisa. Como é o caso da contratação de portadores de necessidades especiais, em que apenas 40% das empresas mencionadas adotam a prática. Em contrapartida, observa-se na Figura 5, ações que caracterizam a presença de Responsabilidade Social Empresarial-RSE no ambiente externo à organização. Nota-se que, se por um lado as empresas pesquisadas possuem o hábito de adotar práticas relacionadas à RSE no ambiente interno, a mesma situação não se repete externamente. Talvez isso ocorra devido à complexidade necessária e o investimento ser mais elevado para a realização de tais práticas.

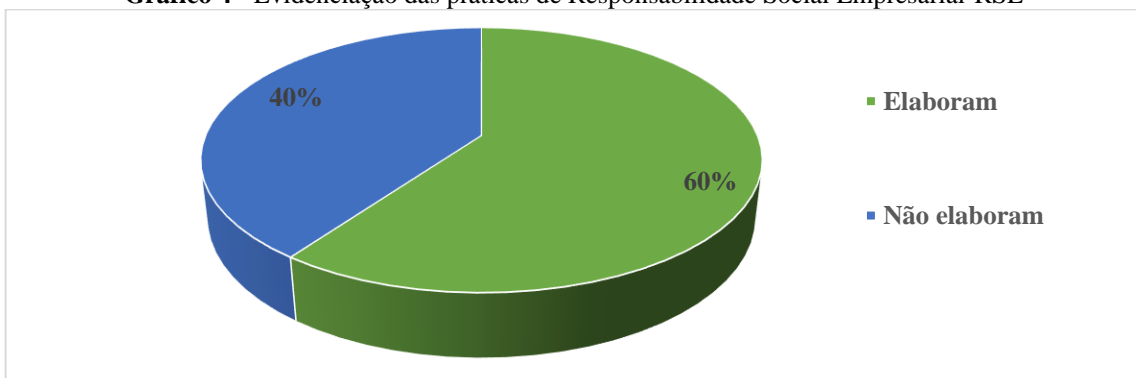
Gráfico 3 - Iniciativas empresariais externas à organização



Fonte: dados da pesquisa.

Há apenas uma empresa que possui práticas educacionais. Observando a Gráfico 3, percebe-se que as organizações estudadas, em sua maior parte, não se prendem a assuntos ligados à educação, cultura e recuperação de ambientes degradados. Em assuntos ligados ao ambiente externo às organizações, as práticas que se destacam são esporte e lazer, melhorias ao meio ambiente, saúde e saneamento e, esta com unanimidade, educação ambiental para os empregados. Exemplificando as práticas ambientais mencionadas, a empresa X destaca-se por realizar a limpeza de rios e lagos. A Gráfico 4 demonstra o percentual de empresas que evidenciam as práticas de RSE elaborando o Balanço Social.

Gráfico 4 - Evidenciação das práticas de Responsabilidade Social Empresarial-RSE



Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio do Gráfico 4, percebe-se que 60% das empresas pesquisadas elaboram o Balanço Social. Destas, nenhuma publica tal instrumento contábil por não perceberem

vantagens, pois não são incentivadas pelo poder público e, ainda, não se trata de uma demonstração exigida pela legislação. Neste sentido, tem-se a Escala de Likert demonstrando a percepção dos entrevistados na relevância da elaboração deste relatório contábil.

Quadro 3 - Atributos avaliados pelos entrevistados em relação à elaboração do Balanço Social pelas empresas.

Afirmativas	Empresas		
	Z	X	Y
Fortalecimento da imagem positiva perante a sociedade e investidores.	(5)	(5)	(5)
Abertura de novos mercados.	(5)	(5)	(4)
Relação com funcionários.	(5)	(5)	(5)
Valorização da empresa perante investidores.	(5)	(5)	(5)
Criação de vínculo com a comunidade.	(1)	(5)	(5)
Publicação do Balanço Social.	(5)	(5)	(4)

(1) Irrelevante (2) Baixa Relevância (3) Relevante (4) Importante (5) Muito Importante.

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao observar o Quadro 3, percebe-se que de maneira geral, as organizações valorizam práticas que demonstrem a preocupação com a Responsabilidade Social Empresarial. Na percepção dos entrevistados, quesitos tais como ‘Relação com funcionários’ e ‘valorização da empresa perante investidores’ assumem um papel relevante para a maximização da produção. O que influencia no relacionamento das organizações com a sociedade, visto que empresas lucrativas e rentáveis poderão contribuir com recursos destinados à realização de pesquisas que visem ao desenvolvimento sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações objeto da presente pesquisa buscam o desenvolvimento econômico observando aspectos sociais e ambientais. Entretanto é preciso mais investimento em ações de Responsabilidade Social e Empresarial, transformando o ambiente de trabalho ao torná-lo propício à realização profissional dos funcionários.

Entretanto, ao buscar uma sociedade mais justa, não basta observar as normas técnicas, aquelas constantes na legislação. Para isto, é preciso desenvolver ações externas à sociedade, como recuperação de ambientes degradados. É preciso inovar analisando quais fatores poderiam contribuir para a evolução social e ambiental da sociedade.

Deste modo, respondendo ao questionamento inicial, se nas empresas pesquisadas existem ações que caracterizam Responsabilidade Social, conclui-se pela presença de práticas qualificadoras de organizações socialmente responsáveis. Com base nas sugestões de quesitos constantes da NBC T-15, tais como contratação de estagiários, controle de admissões e

demissões e saúde/saneamento, conclui-se, então, que são socialmente responsáveis. Algumas com menos intensidade por ainda não terem consolidado determinadas práticas.

REFERÊNCIAS

BALANÇO SOCIAL, POSIÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/Publ_400.asp Acesso em: 07 de maio, 2014.

CAETANO, G. (2006). **Responsabilidade social e meio ambiente.** São Paulo: Saraiva, 2006.

GABRIELA B. F. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2001.

GARCIA, M. O. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática.** Trabalho realizado para obtenção do título de Bacharel em Administração. UNEMAT, Campus Universitário de Sinop, 2006.

GIL, A. C. **Estudo de caso – Metodologia de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2009.

GRAJEW, O. O que é responsabilidade social. **Mercado Global**, 27, n. 107, 2000.

IBASE, INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA. Disponível em: <http://www.ibase.org.br>, Acessado em: 10 mai. 2014.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social e Empresarial. Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-Ad8e2011_IndicadoresEthos_PORT.pdf Acesso em: 7 maio, 2014.

IUDÍCIBUS, S., MARTINS, E., & GELKCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às Demais Sociedades** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LACOMBE, F. J. M.. **Dicionário de administração.** São Paulo: Saraiva, 2004.

LUCA, M. M. M., *et al.* **Demonstração do Valor Adicionado.** São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MELO NETO, F. P., & FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor.** Rio de Janeiro: Qualltymark, 1999.

NORMAS BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC T 15. Informações de Natureza Ambiental e Social. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm> Acesso em: 07 de maio, 2014.

REIS, C. N., & MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social.** São Paulo, Atlas, 2007.

DOS SANTOS, A. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar uma**

DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHOMMER, O. R; & FISCHER, T. Cidadania empresarial no Brasil: os dilemas conceituais e a ação de três organizações baianas. **Organização & Sociedade**, v. 7, n. 3, 2009.

SCHUTZ, E. H. **Balço Social como instrumento de gestão para organizações sem fins lucrativos**. Trabalho realizado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade Vale do Itajai, Biguaçu, SC. Disponível em <http://siaibib01.univali.br/pdf/Eliete%20Haskel%20Schutz.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2014.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TINOCO, J. E. P. **Balço Social: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P. **Balço Social e o Relatório da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

TOLDO, M. Responsabilidade social empresarial. Prêmio Ethos Valor. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

TORRES JUNIOR, F., & DA SILVA, F. R. Balço Social: Instrumento de Evidenciação dos Objetivos Sociais. **Revista Pensar Contábil**, vol. 10, n. 39, CRC-RJ, 2008.

VASSALLO, C. Um novo modelo de negócios. Guia de boa cidadania corporativa. **Revista Exame**. São Paulo, SP: nº 728, p.08-11, 2000.